

mudar
a



vida

publicação do graal

27.

JULHO 1980

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

QUE EUROPA—AMANHÃ? (2)

DE QUE EUROPA FALAMOS?

«Um simples mercado? Uma comunidade económica? Uma Aliança de Estados soberanos? Ou uma Europa conjunto dos europeus — dos seus países, dos seus problemas, das suas recordações, das suas esperanças, tais como as forjaram doze séculos de história comum e três milénios de fusão de culturas, da Ibéria aos Países Bálticos, da Escócia aos Balcãs, da Grécia à Escandinávia?»

Estas interrogações dão o tom ao «Relatório ao Povo Europeu sobre o estado da união da Europa» de que a seguir apresentamos os trechos mais significativos. A tese proposta por Denis de Rougemont e sua equipa é a da construção de uma federação dos povos e nações europeias. Sem necessariamente adoptarmos todos os pontos de vista do autor, não hesitamos em reconhecer o carácter desafiador das reflexões feitas, o que nos leva a desejar partilhá-las com os nossos leitores.

A EUROPA E O MUNDO

A situação da Europa no mundo de hoje está marcada por um contraste violento: enquanto o terceiro mundo se encontra em situação de **explosão demográfica**, nomeadamente no Sudeste Asiático e em certas zonas da América Latina, nos países industrializados da Europa a taxa de crescimento é baixa, aproximando-se nalguns casos do crescimento zero.

Tal situação é de molde a alterar, de forma dramática, o equilíbrio dito «tradicional» entre a Europa e o resto do mundo. O crescimento da população mundial e das suas necessidades em energia e em matérias-primas — sobretudo se o modelo económico dominante for o de uma economia agressiva, de tipo ocidental — não deixará de se repercutir duramente no modo de vida dos povos europeus.

Com efeito, tendo sido os primeiros a lançar a revolução industrial, fomos nós também os primeiros a gastar os recursos naturais de que dispúnhamos. Com a crise do petróleo de 1973 deixámos de poder contar com um acesso automático a fontes de abastecimento externas. A nossa economia tornou-se vulnerável a

acontecimentos políticos longínquos sobre os quais não exercemos qualquer controlo.

Ora é claro que nenhum dos nossos pequenos países europeus se encontra em condições de fazer face, por si só, às ameaças e perigos que pairam sobre o conjunto do continente. Só a **união de todos os europeus poderá tornar possível a procura de soluções válidas e eficazes.**

Desequilíbrios demográficos, desintegração social e cultural, recessão económica, domínio de monopólios estrangeiros — tais são alguns aspectos da crise que hoje têm que enfrentar os habitantes da península Europa.

Todos os observadores lúcidos o reconhecem. Todos repetem que é preciso reorientar o **desenvolvimento** e repensar seriamente aquilo a que os europeus foram os primeiros, e durante longo tempo os únicos, a chamar **progresso.**

Será que a felicidade, a salvação da humanidade, ou, muito simplesmente, o seu bem-estar material, estão de facto associados ao crescimento do PNB e ao consumo de energia — tal como no-lo fizeram crer, a par-

tir do século passado, capitalistas e comunistas, socialistas e liberais?

E se tal pressuposto vier a conduzir-nos, de crise em crise, até à penúria e à fome, senão ao desastre final de uma guerra nuclear? Não será tempo de revermos os dogmas do progresso material, do crescimento ilimitado e da salvação pela quantidade?

Face a estas questões, não podemos deixar de perguntar quem poderá imaginar, querer e realizar esta mudança de rumo.

O terceiro mundo? Há poucas probabilidades de que assim seja: os países do terceiro mundo — ou pelo menos as suas classes dominantes — parecem cada vez mais seduzidos pelo desejo de reproduzirem não só os nossos males, mas também as suas causas. (Querem não só os nossos carros e os nossos engarrafamentos mas também a nossa crise de energia e as nossas centrais nucleares...)

A URSS? Mas não pretende ela, a todo o custo, «apanhar a América»?

A própria América? Mas não continuam os americanos, na sua maioria, a acreditar que «quanto maior melhor»?

Resta-nos a «velha Europa». Foi ela a primeira a inventar o mito do progresso, foi ela a primeira a reconhecer os erros dessa orientação; será de esperar que seja também ela a primeira a mudar de rumo e a modificar o conceito de progresso que impôs ao mundo.

Será a Europa capaz de assumir esta missão mundial?

AS DUAS EUROPAS

A Europa — mas **que Europa?** Porque há duas.

A história mostra-nos o nascimento, na Grécia das cidades autónomas, de uma Europa do diálogo, da solidariedade cívica, da razão e da medida, do espírito crítico e da tolerância socrática.

Mas mostra-nos também o nascimento, na Roma imperial, do que veio a ser a Europa das ditaduras, dos regimes colectivistas uniformizantes, da «razão de Estado» oposta à razão dos cidadãos, da prisão como «lugar justo» reservado à oposição política.

A primeira Europa criou e alimentou as ideias de liberdade e de responsabilidade. É uma Europa de cidadãos activos.

A segunda Europa retomou a ideia romana de que «morrer pela pátria é o mais belo ideal» e deu origem aos nacionalismos estreitos, às guerras «gloriosas», aos fascismos de esquerda e de direita, aos «imperativos tecnológicos» ao serviço de soberanias nacionais absolutas. É uma Europa de cidadãos passivos.

Que resta hoje como sedimento de tudo isto? O sentido grego da medida, o sentido romano do direito, o sentido germânico da comunidade de homens livres, o sentido céltico da aventura espiritual. Para não falar na nostalgia ou remorso cristão: o remorso do amor reprimido nas relações públicas e privadas, manifesto em termos da reivindicação pela **justiça e pela igualdade.**

É um sedimento rico que não temos sabido utilizar, dado que os nossos governos e a maior parte dos grandes partidos — de direita e de esquerda — se deixam guiar pelos princípios e valores da segunda Europa, privilegiando as soberanias nacionais e o poderio material, em detrimento da solidariedade internacional e da liberdade responsável dos cidadãos.

A divisão do continente europeu em **estados-nação**, necessariamente rivais, torna ineficazes todas as tentativas de cooperação livre para além fronteiras. Ora essa cooperação é fundamental para podermos sobreviver. Se queremos fazer face às crises que nos ameaçam, temos que situar-nos para além das nossas supostas «soberanias nacionais». A escolha é simples: **ou sucumbimos isolados ou sobrevivemos federados.**

UM SÓ POVO

*Isolados,
os governos tentam realizar alguma coisa,
mas nada do que se esforçam por fazer resultará
sem a vossa decisão,
contra a vossa liberdade,
contra a vossa soberania.
Olhai-os sem demasiada inquietação,
sempre com bonomia,
por vezes com um sorriso.
O futuro supremo está em vós (...).
Vós sois um só povo — a Europa,
e quereis uma só coisa — a Paz.*

*Victor Hugo
De Guernesey, 1878*

UMA FEDERAÇÃO EUROPEIA

A maior parte dos europeus têm a impressão de viver «esmagados» entre as superpotências do Leste e do Oeste. Tal sentimento, que os números e os factos justificam abundantemente, não é senão um reflexo da realidade criada pela divisão do continente.

Se nos sentíssemos, de facto, europeus — membros de uma comunidade federal de cerca de 383 milhões de habitantes sem contar com os 128 milhões dos países satélites do Leste — poderíamos olhar sem receios excessivos os 216 milhões de americanos e os 256 milhões de habitantes da URSS. O problema é que nos sentimos acima de tudo, e em muitos casos exclusivamente, identificados com um país e esse país, por mais poderoso que seja, nunca poderá sozinho enfrentar as grandes uniões continentais que são a URSS e os EUA.

Entre os EUA e a URSS, a situação da Europa surge como uma situação pouco sã, marcada por injustiças intoleráveis.

Não é **são** que a nossa economia e as nossas moedas permaneçam à mercê da manipulação do valor de troca do dólar ou da inflação exportada pela economia americana, sobretudo na sequência da guerra do Vietname.

Não é **são** que a chamada «segurança da Europa»

dê ainda a impressão de ser assegurada pela presença de algumas divisões americanas na RFA, em vez de ser garantida pela união das forças e das vontades europeias.

Não é **são** que os europeus se refugiem sob a protecção do sistema nuclear americano, evitando fazer face às suas próprias responsabilidades.

Não é **são** que a sobrevivência abusiva de regimes ditatoriais — na Europa como na América Latina — tenha podido depender, clara ou veladamente, da chamada «ajuda americana».

Mas também não é **são**, e, mais do que isso, não é justo, que oito países europeus — a Polónia, a RDA,

a Checoslováquia, a Hungria, a Jugoslávia, a Roménia, a Bulgária e a Albânia — se encontrem privados do direito de escolher a sua eventual federação com o Oeste do continente.

Não é justo que sempre que esses povos manifestam um gosto, mesmo tímido, pela democracia, sejam reprimidos na sua luta pela liberdade. Não é justo que na Conferência de Yalta os povos do Sudeste Europeu tenham sido «repartidos» e «partilhados» entre as superpotências, do mesmo modo que as tribus da África negra o foram na Conferência de Berlim, em 1885.

O que é justo, humano e urgente é promover a **federação da Europa**, único meio de resistir à hegemonia política e económica dos grandes.

MOBILIZAÇÃO POSSIVEL

As duas únicas causas que parecem capazes de mobilizar, em pouco tempo, dezenas, senão centenas, de milhar de militantes são a causa da ecologia e a defesa das regiões. Frente verde, autonomias locais e regionais, movimentos comunitários — tais são os nomes e os símbolos que hoje congregam e dinamizam o civismo dos jovens, as suas cóleras e as suas esperanças.

Ora tanto os movimentos ecológicos como os movimentos regionalistas ou comunitários estão profundamente ligados à causa da união federal de todos os europeus.

No estado actual da divisão da Europa em trinta estados soberanos, as nossas «soberanias» não podem, de facto:

- resistir à colonização económica dos EUA;
- evitar uma possível intervenção militar vinda de Leste;
- lutar contra a inflacção sem aumentar o desemprego;

- reduzir o desemprego sem aumentar a inflacção;
- manter o valor das respectivas moedas;
- fazer face às necessidades energéticas de cada país sem ameaçar o ambiente e sem reforçar o sistema policial;
- impedir a poluição dos lagos, dos rios e dos mares
- angariar os recursos necessários em matérias primas e em combustíveis produtores de energia;
- ajudar os países do terceiro mundo na luta contra a fome e contra a tendência, aparentemente irreprimível, de se apropriarem dos modelos da nossa própria crise;
- tirar todo o partido possível dos recursos de que o continente dispõe em capitais, equipamentos, tecnologia, competência e criatividade.

O PAPEL DA CEE

Cabe perguntar em que medida a Comunidade Económica Europeia representa desde já um passo construtivo no caminho para o ideal federalista a que aqui nos referimos. Para responder, teremos que passar em revista o que produziu, concretamente, a CEE, desde 1951 — data da assinatura do tratado constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) — até 1979.

Criar um **mercado comum** foi, numa primeira fase, abater as fronteiras que separavam os países da Comunidade, para que os homens e produtos pudessem circular entre Bona e Paris ou entre Roma e Copenhague com a mesma facilidade com que vão de Bordéus a Marselha ou de Nápoles a Milão.

Esta «união aduaneira» tornou-se efectiva em 1968 para os seis países fundadores da Comunidade e foi alargada em 1977 ao conjunto dos Nove. A Comunidade constitui assim, a partir dessa data, um mercado

único, no qual se podem abastecer livremente cerca de 260 milhões de consumidores europeus.

As estatísticas dão-nos a conhecer que as trocas entre os países da Comunidade foram multiplicadas por seis em vinte anos. A possibilidade de um mercado alargado deu à economia dos Nove um impulso extraordinário: em vinte anos, o rendimento por habitante, a preços constantes, duplicou.

A criação de uma verdadeira **Comunidade** exige, porém, muito mais do que a instituição de um mercado comum. Na agricultura como na indústria, os estados membros esforçam-se por definir políticas comuns, mas os resultados estão ainda longe de ser satisfatórios. É hoje claro que o peso comercial que a Comunidade tem na cena mundial traz como consequência um certo peso político. Mas não se pode deixar de constatar que, se os Nove falam a uma só voz em matéria comercial, a unanimidade não é a mesma quando estão em causa decisões claramente políticas.

A ideia inicial da equipa de Jean Monnet, segundo

a qual os mecanismos económicos conduziriam, necessariamente, à união política, mostrou-se inoperante face aos bloqueios introduzidos pelas soberanias nacionais. A própria Assembleia ou Parlamento europeu responde perante um comité de ministros, ou seja: perante os estados membros, e não perante um órgão federal. Essa a grande decepção dos verdadeiros europeístas, os federalistas partidários de uma autêntica delegação de poderes nos diversos níveis de execução, segundo a dimensão das tarefas consideradas.

Num outro plano, convém denunciar o hábito deplorável que faz com que se fale correntemente dos Nove (e anteriormente dos Seis) como se eles fossem, por si só, a Europa. E os países Escandinavos? E a Suíça? E

a Áustria? E os Países Ibéricos? E os da Europa de Leste?

Os que defendem que a CEE poderá vir a constituir o «núcleo» da Europa Unida propõem, periodicamente, que as suas competências sejam alargadas aos domínios político, social e cultural.

Esquecem a dinâmica, forçosamente distinta, dos dois processos. A unidade europeia — de toda a Europa — não pode construir-se na base de critérios de rentabilidade, de produtividade ou de lucro. As suas finalidades são outras, e bem diferentes: qualitativas e não quantificáveis, afectivas ou espirituais e não, prioritariamente, económicas.

UM PROJECTO VIÁVEL

É este, em resumo, o nosso projecto:

1. *Subordinar a economia não ao lucro mas ao homem, o que poderá implicar a renúncia a certos empreendimentos financeiramente rentáveis mas que deixariam de o ser se tomássemos em linha de conta os custos e contra-custos sociais, médico-psicológicos, ambientais.*

Para tal, importa:

- Reduzir o tempo de trabalho
- Produzir melhor com menos desperdício e com uma repartição mais equilibrada dos esforços
- Desenvolver uma agricultura mais autónoma e mais diversificada
- Fazer reviver o artesanato, valorizando os recursos locais
- Concertar, à escala mundial, as transferências de tecnologia

2. *Criar formas de controlo social sobre os recursos naturais.*

Para tal, importa:

- Dar às comunas e às regiões o direito de se pronunciarem sobre as fontes, a natureza e o volume de energia correspondente às suas necessidades
- Diminuir, e, se possível, inverter, as taxas de crescimento do desperdício energético

3. *Assegurar, através de uma adequada política de ambiente, o equilíbrio entre o homem e a natureza.*

Para tal, importa:

- Estabelecer um plano europeu de água

- Proteger a camada de ozono que envolve a terra
- Controlar os novos produtos químicos, os adubos, os agentes conservadores de alimentos

4. *Promover a descentralização dos poderes*

Para tal, importa:

- Constituir regiões e deixá-las criar os seus poderes
- Devolver às regiões a parte que lhes cabe dos recursos fiscais
- Ultrapassar o dogma das soberanias nacionais absolutas, reconhecendo e favorecendo as solidariedades trans-fronteiras

5. *Reforçar as condições para uma paz efectiva*

Para tal, importa:

- Abandonar a convicção de que a defesa da Europa repousa sobre armas nucleares (necessariamente ofensivas) comandadas pelo Pentágono
- Educar e motivar as vontades no sentido da auto-defesa local e regional
- Adoptar como divisa da união europeia o princípio «um por todos e todos por um»

6. *Dar ao mundo o exemplo de um novo tipo de sociedade fundada sobre princípios ecológicos, regionalistas e federalistas: uma sociedade fundada não sobre o poder (dos Estados ou das grandes companhias) mas sobre a realização das pessoas, ou seja, sobre a Liberdade.*

Denis de Rougemont

*in «Rapport au Peuple Européen sur l'état de l'union de L'Europe 1979»
ed. Stock, 1979*

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.^{to} António dos Capuchos, 6, 2.^o-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas-Coop. de Trab. Gráficos, scarl.